

UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA: O CENTRO DE MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO DE CAXIAS DO SUL

Luiza Horn Iotti*

Em 23 de janeiro de 1998, uma portaria assinada pelo Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício criou o *Projeto Memória do Judiciário*, cuja implantação ocorreu em 6 de julho do mesmo ano, já na Presidência do Desembargador Cacildo de Andrade Xavier. Pela Portaria nº 35/2000-P, de 11 de outubro de 2000, o *Projeto* converteu-se em *Centro de Memória do Judiciário Gaúcho*. A Portaria nº 01/2002, assinada pelo então Presidente Desembargador Luiz Felipe Vasques de Magalhães, em 09 de janeiro de 2002, transformou o *Centro* em **Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**.

A partir de então, o Memorial vem se dedicando a reunir, sistematizar e divulgar o acervo histórico – material e documental –, da primeira e da segunda instância, do Judiciário sul-rio-grandense, propondo e executando políticas de preservação do acervo histórico e documental. Além disso, propõe e executa políticas de memória institucional e de atividades culturais; concebe e executa projetos de pesquisa temática sobre a História do Direito e do Judiciário no Rio Grande do Sul; oportuniza, por meio de vagas de estágio, espaços para a formação de novos pesquisadores comprometidos com a História do Direito e do Judiciário; oferece elementos para enriquecer o debate sobre a identidade e o papel do Judiciário na moderna sociedade democrática; concebe e executa, por meio do estudo da memória institucional, estratégias facilitadoras de canais de aproximação do Judiciário à sociedade, exercendo papel didático quanto à função do Judiciário e quanto à divulgação dos direitos da cidadania; procura estabelecer, por fim, intercâmbios com outras instituições voltadas à pesquisa histórica e à memória institucional.

Desde a sua implantação, com o benefício da herança legada pelos antigos Projeto Memória e Centro de Memória, o Memorial logrou estabelecer um conjunto de serviços. Um pequeno arquivo reúne e sistematiza o acervo histórico, documental, imagético e audiovisual do Memorial, facilitando, ainda, o acesso dos consulentes ao Arquivo Geral do TJRS. Uma biblioteca de apoio reúne alguns títulos de especial interesse para a pesquisa em História do Direito e do Poder Judiciário. No Museu encontra-se sistematizado e exposto o acervo

histórico objeto do TJRS. Ali também têm lugar as exposições históricas sobre o Judiciário organizadas pela equipe do Memorial. As atividades de pesquisa histórica estão concentradas no Núcleo de Pesquisas, ao qual encontra-se associado, ainda, o Núcleo de Memória Oral, que responde pela execução do Programa de História Oral e pela organização do Banco de História Oral, cujo acervo de depoimentos encontra-se aberto aos consulentes externos. O Centro de Eventos opera como apoio às atividades desenvolvidas, organizando seminários, palestras, workshops, eventos culturais, lançamentos de publicações e inaugurações de exposições.

Como forma de contribuir para solucionar o problema da preservação do acervo documental, bem como para aproximar o Judiciário das comunidades locais, o Memorial concebeu um programa de interiorização, materializado nos Centros de Memória Regional, os quais são constituídos, sob orientação técnica e institucional do Memorial, em parceria com Universidades, Centros de Pesquisa e Direção de Foros do Interior do Estado. Trata-se de uma alternativa de gestão pioneira, ainda em fase de implantação, que visa, mediante a constituição de uma rede de parceiros, criar alternativas para o difícil e dispendioso problema da gestão documental, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento dos centros de documentação e pesquisa do Interior do Estado e para melhorar a difusão da reflexão historiográfica sobre a memória e a identidade da Justiça e do Judiciário. A primeira parceira do Memorial nesta atividade foi a Universidade de Caxias do Sul, através da assinatura do Termo de Convênio de 12 de dezembro de 2001, criando o **Centro de Memória Regional – Caxias do Sul**, que, entre outros objetivos, busca contribuir para o fortalecimento dos centros de documentação e pesquisa do interior do Rio Grande do Sul, para aprimorar a difusão da reflexão historiográfica sobre a memória e a identidade do Poder Judiciário.

A partir da criação do Centro de Memória Regional, teve início, em março de 2003, o projeto de pesquisa *Comarca Caxias: a trajetória do Judiciário e da Justiça*. Vinculado ao Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS e do Tribunal de Justiça do Estado, o projeto tem como principal objetivo analisar a atuação do Poder Judiciário na Comarca de Caxias do Sul, identificando sua estrutura organizacional e a relação estabelecida com a dinâmica social. Além de explicitar as diferentes áreas de abrangência da Comarca de Caxias do Sul; registrar as histórias de vida dos servidores do Poder Judiciário

* Mestre e Doutora em História do Brasil pela PUCRS; professora da Universidade de Caxias do Sul.

que atuaram na Comarca de Caxias do Sul e sua relação com a estrutura organizacional do Judiciário caxiense; estudar a relação das autoridades judiciárias da comarca com as demais autoridades municipais administrativas ou legislativas, bem como as autoridades estaduais; estudar a jurisprudência local comparando-a com a jurisprudência de outras regiões do estado, a fim de medir especificidades, rupturas ou padrões de recorrências. Assim, este projeto consistiu em um primeiro passo para a concretização do Centro de Memória, que prevê uma ação conjunta entre o Tribunal de Justiça do Estado do RS e a Universidade de Caxias do Sul nas atividades de conservação, pesquisa e divulgação do acervo documental histórico do Poder Judiciário.

A Comarca de Caxias do Sul foi criada em 15 de janeiro de 1898 pelo decreto nº 124-A com jurisdição sobre os termos de Caxias e Bento Gonçalves. Desse período em diante sua área de abrangência sofreu uma série de transformações anexando ou desanexando termos, mudando sua classificação. Nessa trajetória, um acervo documental foi sendo formado, registrando a atuação do Poder Judiciário e seus representantes e a relação destes com o contexto histórico. Consiste este acervo em processos criminais e cíveis, pareceres, atos, decretos, correspondências expedidas e recebidas, repertórios jurisprudenciais, fotografias, etc. Em julho de 2003, como parte do processo de implantação do Centro de Memória Regional, o acervo documental da 1ª Vara Cível de Caxias do Sul, composto de, aproximadamente, 2.350 caixas, contendo processos, atas, pareceres e demais documentos ligados ao poder judiciário caxiense, foi transferido para a Universidade, sendo instalado junto às dependências da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. Assim, os pesquisadores¹ e os bolsistas de iniciação científica envolvidos no projeto Comarca Caxias passaram, ao mesmo tempo, a utilizar a documentação como fonte da pesquisa e, também, trabalhar na sua conservação, preservação e organização.

A prioridade inicial foi dada ao trabalho de conservação e preservação dos documentos. As caixas de papelão, onde os mesmos estavam armazenados, foram substituídas por caixas de polionda. Posteriormente, teve início o processo de *higienização* do acervo. Atividade desenvolvida pelos alunos bolsistas de iniciação científica², auxiliados por bolsistas

¹ O projeto de pesquisa Comarca Caxias é coordenado pela professora Luiza Horn Iotti e conta com a participação da professora Katani Monteiro, ambas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, assessoradas pelo historiador Dr. Gunter Axt, Assessor Técnico da Coordenação do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

² Os acadêmicos do Curso de História Fabrício Romani Gomes (bolsa BIC/FAPERGS) e Marcelina Reis da Siva (bolsa BIC/UCS) e o acadêmico de Direito Jerônimo Giron (bolsa BIC/UCS).

de iniciação profissional³, sob orientação da arquivista do Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul - CEDOC-UCS, Bianca Damião, que elaborou um manual de procedimentos a serem observados durante esta etapa do trabalho. Desses documentos são retirados cliques, grampos, e qualquer outro tipo de material que possa danificar esse material. Os processos são escovados para retirada do pó e de micro-organismos e, posteriormente, recebem uma capa de papel neutro.

Após a *higienização*, os processos são fichados, com o objetivo de retirar informações como: tipo de processo (inventário, investigação de paternidade, etc.), data, local, etc. Brevemente, espera-se montar uma base de dados para disponibilizar via internet o acesso as estas informações. Até dezembro de 2003 foram *higienizadas* 50 caixas, totalizando 1.267 processos, abrangendo o período de 1898 a 1951, que correspondem aos primeiros 53 anos da Comarca de Caxias do Sul. A partir dos dados levantados, foi possível elaborar uma planilha contendo os tipos de ação e a quantidade de processos existentes em cada uma das caixas. Com base nesta planilha, chegou-se ao seguinte resultado sobre os processos *higienizados* e fichados até o momento:

TIPO DE AÇÃO	N.º DE PROCESSOS	%
Arrolamento	295	23,3
Inventário	270	21,3
Ação Executiva	145	11,4
Ação de Despejo	81	6,4
Executivo Fiscal	60	4,7
Ação Ordinária	53	4,2
Extinção de Usufruto	49	3,9
Ação de Alimentos	33	2,6
Usucapião	29	2,3
Emissão de Alvará	18	1,4
Investigação de Paternidade	14	1,1
Restituição de Posse	14	1,1
Inventário Negativo	12	0,9

³ As acadêmicas do Curso de História Daniela de Araujo e Elizete Carmem Ferrari Balbinot, a contar março de 2004. Anteriormente, as atividades eram exercidas por acadêmicos dos cursos de Educação Física e Biologia.



O Centro de Memória Regional pretende transformar-se num laboratório para os acadêmicos, em especial, dos cursos de Direito e História, disponibilizando todo este acervo para consulta e pesquisa local, inserindo-se assim na proposta pedagógica dos cursos de graduação da Universidade de Caxias do Sul, ou seja, a de aliar ensino e pesquisa.